



## Boletim Semestral do Escritório Regional para América do Sul

### CONTEÚDOS:

Web story: Apoiando a criação de um novo Vice- ministério de Direitos Humanos no Peru	2
Mecanismos para prevenir a tortura na América do Sul: o caminho a se- guir para o Chile	3
Comunicados do Escritório Regional	4-5
Declarações do porta-voz da Alta Comissária sobre a região	6
Comunicados da Alta Comissária sobre a região	7
Entrevistas con Relatores e Comitês: Frank La Rue e Pastor Murillo	7
Actividades do Escritório Regional do ACNUDH	8-12
Publicações novas	13
Relatórios de Comitês e visitas oficiais de procedimentos especiais	14- 15
O impacto da redução de orçamento do Es- critório Regional	16
Próximas revisões e reuniões na região no segundo semestre de 2012	16

### ACNUDH participa de cerimônia de instalação de Comissão da Verdade no Brasil

(16 de maio) O Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Amerigo Incalcaterra, pronunciou hoje um [discurso](#) em nome da Alta Comissária dos Direitos Humanos, Navi Pillay, na presença da Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, e os integrantes da nova Comissão Nacional da Verdade.

"Saudamos o estabelecimento desta Comissão da Verdade como um passo necessário e há muito aguardado no processo de prestação de contas, que irá ajudar brasileiros e brasileiras para entender melhor o seu passado e olhar para o futuro com garantias contra os graves abusos", disse Incalcaterra.

Os novos integrantes da Comissão da Verdade são Rosa Maria Cardoso da Cunha, José Paulo Cavalcanti Filho, José Carlos Dias, Gilson Dipp, Claudio Fonteles, Maria Rita Kehl e Paulo Sérgio Pinheiro.

O 11 de maio, o Representante Regional para América do Sul do ACNUDH parabenizou o Estado brasileiro pela nomeação dos sete membros da Comissão Nacional da Verdade, que visa esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no país. A cerimônia de instalação da Comissão Nacional da Verdade ocorreu nesta quarta-feira (16/5) às 11 horas da manhã no Palácio do Planalto.

[Ler mais](#)



### EDITORIAL: Zero HIV

*Por: Navi Pillay, Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos*

A resposta coletiva contra o HIV, há três décadas, pode ser resumida em uma palavra: vergonhosa.

Na pior das hipóteses, as pessoas que vivem com HIV foram, inexplicavelmente, presas às suas camas, detidas, afastadas em instalações médicas, criminalizadas e deportadas. Na melhor das hipóteses, perderam seus empregos, foram expulsas das escolas e tiveram negado o acesso a serviços básicos. Respondemos a um vírus humilhando, estigmatizando e punindo as pessoas infectadas. Nossa resposta ao vírus foi tão dolorosa, e às vezes tão mortal, quanto o próprio vírus.

Felizmente, avanços impressionantes foram feitos. Nos últimos anos, avanços científicos ocorreram e o número de novas infecções, particularmente entre as crianças, declinou. Menos pessoas estão morrendo. Cerca de metade das pessoas que podem receber tratamento, mesmo nos países de baixa e média renda, está recebendo antirretrovirais. O HIV não é mais a sentença de morte. E, no entanto, o estigma e a discriminação enfrentados por pessoas HIV+ permanecem altos, em todo o mundo. Ainda hoje se privilegiam estratégias punitivas para como a criminalização da transmissão do HIV, sua não divulgação e exposição.

[Ler mais](#)

## Web stories interativos

## Apoiando a criação de um novo Vice-ministério de Direitos Humanos no Peru

"Parabenizamos o governo do Peru por ter criado o novo Ministério de Justiça e Direitos Humanos, o que é muito importante para o mundo dos direitos humanos e que nós valoramos enormemente", manifestou Amerigo Incalcaterra, Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para los Derechos Humanos (ACNUDH). "A criação de um ministério com funções de direitos humanos representa um compromisso muito grande do Estado peruano e com certeza irá contribuir favoravelmente à vida de todos os peruanos e peruanas".

O Escritório Regional do ACNUDH apoiou a criação de um novo Vice-ministério de Direitos Humanos e Acesso à Justiça do Peru, que irá articular um sistema nacional integrado de políticas em direitos humanos. ACNUDH prestou assessoramento ao Estado peruano na elaboração do regulamento da Lei Orgânica do Ministério da Justiça, aprovado em dezembro de 2011, que criou o Vice-ministério dentro de um reformado Ministério da Justiça e Direitos Humanos (MINJUSDH).



"Desde o momento do planejamento, o Escritório Regional do Alto Comissariado já estava trabalhando conosco", disse o novo Vice-ministro de Direitos Humanos do MINJUSDH, Daniel Figallo. "Participaram apoiando com especialistas neste processo de identificação de quais são os temas mais importantes para realizar esse grande projeto [...]. A importância deste apoio é fundamental pela experiência que tem o Escritório Regional".

Como parte deste assessoramento técnico, o Escritório Regional do ACNUDH organizou juntamente com o MINJUSDH um seminário internacional sobre o estabelecimento e regulamentação do Vice-ministério no Peru, entre 5 e 7 de março de 2012. O objetivo dessa reunião foi compartilhar experiências e boas práticas dos países da região. Contou com a presença de altos funcionários dos Ministérios de Justiça da Argentina, o Chile, o Paraguai e o Uruguai, além de especialistas do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH) do MERCOSUL.

"Eu acho que um eixo central dessa cooperação técnica é fortalecer as instituições públicas criadas em nossos países para formular políticas no assunto. Então esse é um esforço importante do Escritório Regional e acho muito importante que possa continuar acompanhando o trabalho da subsecretaria, o processo de planejamento, de instalação e até o de avaliação das suas políticas", comentou Víctor Abramovich, diretor do IPPDH. Abramovich acrescentou que a criação dessa nova instituição "faz com que os direitos humanos sejam um assunto de políticas públicas e estabelece o princípio de responsabilidade do Estado. Enquanto mais alta a hierarquia da instituição, é mais simples coordenar as ações com outras áreas estatais e poder transversalizar uma abordagem de direitos humanos às políticas setoriais".



Entre os países que participaram no seminário existem diferentes graus de avanço institucional. A Argentina, por exemplo, compartilhou os seus logros na luta contra a impunidade e o seu processo de reparação, além da política desenvolvida no ano passado na sua Subsecretaria de Promoção de Direitos Humanos, chamada "Avanzar en derechos", que trabalha com indicadores de progressividade no cumprimento dos Estados com os direitos econômicos, sociais e culturais, e também do exercício dos direitos por parte da cidadania.



"Estamos trabalhando em diferentes temas que cobrem a agenda de direitos civis, políticos, econômicos, culturais, sociais, de influência coletiva", explicou a subsecretaria argentina de Promoção de Direitos Humanos, Marita Perceval, "e enfatizando naqueles coletivos sociais e naqueles sujeitos que ainda vêm negados ou vulnerados os seus direitos por situações de iniquidades estruturais como no caso das mulheres, por discriminação, como o caso das minorias sexuais, por invisibilização, como no caso dos povos originários, por um Estado que foi pensado sem matizes, diversidade nem pluralismo, e aqui falo das populações afro-descendentes da América Latina". Ela também destacou a necessidade de trabalhar não apenas em nível nacional, mas também conseguir maior coordenação regional entre as instituições de direitos humanos dos Estados.

"Trabalhar juntos quer dizer não fazer políticas nem desintegradas dentro de cada um dos Estados, nem contraditórias entre os Estados e ao mesmo tempo insistir e aprofundar na ação de harmonizar as nossas leis para que esta cidadania universal, a cidadania dos direitos humanos, possa encontrar em todos os Estados e na nossa América Latina e Caribe, leis que garantam o exercício pleno dos direitos humanos, o seu respeito, a sua proteção, a sua defesa", apontou Perceval.

Para a Subsecretaria da Justiça do Chile, Patricia Pérez, o seminário também foi útil como aprendizagem para o próprio processo de formação institucional no futuro, pois em janeiro de 2012 o governo assinou um projeto de lei para criar uma Subsecretaria de Direitos Humanos, que hoje é discutido no Congresso. "Intercambiamos experiências, opiniões, e eu destaco que o estado de desenvolvimento ou evolução dos diferentes países é diferente, o que é uma vantagem, pois os países que têm um processo mais avançado claramente podem compartilhar experiências de instalação, de configuração do trabalho, o que é extremamente valioso", disse a Subsecretaria Pérez, que participou da reunião em Lima. A Subsecretaria reconheceu também o valor de uma revisão comparada que preparou ACNUDH sobre a configuração das subsecretarias de direitos humanos na América Latina, "o que não somente permite ter uma visão panorâmica, mas também ajuda a cada um dos Estados a ver as diversidades, as semelhanças e divergências".



Já o Uruguai está formando uma nova Instituição Nacional de Direitos Humanos e em nível de governo tem uma Direção de Direitos Humanos no seio do Ministério de Educação e Cultura, com projeção para uma Secretaria de Direitos Humanos em nível presidencial, explicou Javier Miranda, Diretor de Direitos Humanos. Como participante da reunião em Lima, destacou a grande confiança e o forte intercâmbio que aconteceu durante o encontro.

[Ler mais](#)



Clicar nas imagens para assistir vídeos de todas as entrevistas

## Web stories interativos

# Mecanismos para prevenir a tortura na América do Sul: o caminho a seguir para o Chile

"Justamente nesses lugares onde não penetra a luz, onde a opinião pública não tem acesso, onde as coisas são feitas atrás das paredes, é onde infelizmente continuam a serem cometidos esses atos sumamente brutais que são as violações dos direitos humanos", comentou Amerigo Incalcaterra, Representante Regional para América do Sul do ACNUDH no seu discurso inaugural da Oficina sobre Mecanismos Nacionais de Prevenção da Tortura, que ocorreu em Santiago do Chile entre 28 e 29 de maio de 2012. O Protocolo Facultativo da Convenção contra a Tortura (OPCAT), um instrumento internacional adicional à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (CAT), estabelece que todo Estado-Parte deve criar um Mecanismo Nacional de Prevenção (MNP) durante o primeiro ano da entrada em vigor do Protocolo. Até hoje, poucos países na região têm instalado o seu MNP.

No Chile, o governo manifestou intenções de designar o Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH) como MNP.

Com o objetivo de discutir os desafios para desenvolver essa função, o INDH e o Escritório Regional do ACNUDH organizaram este evento que reuniu especialistas e autoridades nacionais e internacionais relevantes no tema. Em nível nacional

participaram o Ministro da Justiça, o Diretor de Gendarmería (o corpo chileno de guardas de prisões), o Diretor de Direitos Humanos de Carabineros (corpo policial uniformizado), o Chefe da Brigada de Direitos Humanos da Polícia de Investigações, a Defensoria Penal Pública, o Chefe da área jurídica do Programa de Direitos Humanos do Ministério do Interior, além de advogados do Ministério das Relações Exteriores do país e assessores da Secretaria-Geral da Presidência, entre outros.

Entre os especialistas internacionais estiveram o Vice-presidente do Subcomitê das Nações Unidas para a Prevenção da Tortura (SPT), a Presidenta do MNP da Honduras, um representante do MNP da Costa Rica e a Diretora para América Latina da Associação para a Prevenção da Tortura (APT).

"Espero que consigamos, a partir desta reunião, ter um plano de trabalho que derive na criação de um Mecanismo e com os melhores padrões de direitos humanos", expressou Lorena Fries, Diretora do INDH. O Ministro da Justiça do Chile, Teodoro Ribera, participou também do seminário e comentou em seu discurso a necessidade de realizar mudanças culturais nas instituições do Estado. "Todos nós sabemos que o nosso sistema de privação da liberdade está não apenas na obscuridade, mas também provavelmente fora dos padrões mínimos de dignidade das pessoas", disse. "Penso que este mecanismo é muito eficaz se conseguirmos incorporá-lo adequadamente em prol dos direitos humanos. É preciso gerar confianças, gerar uma política gradual para avançar".

Incalcaterra destacou a importância de estabelecer uma base normativa clara e um marco jurídico adequado para o futuro MNP. Enfatizou na necessidade de envolver todos os atores relevantes tanto em nível institucional como da sociedade civil, de limitar as funções do MNP de acordo com o Protocolo Facultativo da Convenção contra a Tortura, de proporcionar recursos humanos e logísticos suficientes para que possam desempenhar a sua tarefa de maneira efetiva e de elaborar um plano de trabalho com o MNP concordado interinstitucionalmente.

### Lições aprendidas

Representantes dos MNP de Honduras e Costa Rica compartilharam as suas experiências no assunto com os participantes da oficina. "Os desafios sempre são muito amplos considerando que os Mecanismos estão baseados principalmente na prevenção", comentou Odalis Najera, Presidenta do MNP da Honduras. "E os nossos povos não estão preparados de maneira suficiente para a prevenção. Por isso, todos os dias nós estamos aprendendo a implementar políticas públicas para prevenir os atos de violência". Esteban Vargas, integrante do MNP da Costa Rica, adicionou que uma boa prática fundamental para qualquer Mecanismo Nacional de Prevenção é estabelecer um diálogo fluente com as autoridades. "Como membros das instituições

nacionais de direitos humanos e de defensorias, estamos acostumados a confrontar as autoridades encarregadas dos centros de privação da liberdade", opinou Vargas. "Com o Mecanismo aprendemos que o diálogo é igualmente importante. O MNP tem que aprender a negociar, a sentar à mesa, a propor, a escutar, não apenas confrontar, mas também construir". Os MNP são órgãos independentes que fazem visitas para examinar o tratamento e as condições das pessoas privadas de liberdade em nível nacional.

Fazem recomendações para melhorar as condições e formulam propostas sobre a legislação ou projetos de lei existentes no assunto. "Insistimos em os MNP devem ser criados por lei, estabelecendo a sua independência e que determine os lugares de detenção nos mesmos termos do Protocolo Facultativo", expressou Mario Coriolano, defensor público argentino e vice-presidente do Subcomitê das Nações Unidas para a Prevenção da Tortura (SPT). Acrescentou que para estabelecer um mecanismo efetivo, "três pilares que eu considero indivisíveis são: vontade política, planificação e uma equipe para desenvolver o plano".

[Ler mais](#)

**Assista vídeos de discursos da oficina:**



## Comunicados do Escritório Regional



### ACNUDH-América do Sul saúda lei sobre identidade de gênero na Argentina

(25 de maio de 2012) O ACNUDH parabeniza o Estado argentino pela recente adoção da Lei 26.743 que estabelece o direito ao reconhecimento da identidade de gênero e ao livre desenvolvimento das pessoas conforme a própria identidade. "A Argentina deu um passo muito importante para garantir a igualdade, o respeito e a dignidade das pessoas trans", disse Amerigo Incalcaterra, Representante Regional para América do Sul do ACNUDH. "A lei de identidade de gênero é pioneira na região e incorpora padrões internacionais de direitos humanos em termos de acessibilidade, confidencialidade e universalidade", ressaltou.

[Ler mais](#)

### ACNUDH apoia projeto de emenda constitucional sobre trabalho escravo no Brasil

(21 de maio de 2012) O Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH) manifestou apoio à Proposta de Emenda Constitucional que visa combater o trabalho escravo no Brasil e que atualmente é discutida no Congresso Nacional. "Como disse a Alta Comissária, o trabalho escravo é uma das piores formas de privação de direitos humanos", expressou o Representante Regional do ACNUDH, Amerigo Incalcaterra. "Esta emenda constitucional é um passo importante na luta contra esta prática tão vergonhosa no Brasil e é uma oportunidade para avançar na proteção dos direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras. Por isso, convocamos todos os setores políticos, sociais e empresariais a apoiarem a iniciativa". A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001, que permite a expropriação de terras urbanas e rurais onde for flagrada a prática do trabalho escravo, será votada nesta terça-feira (22/05) na Câmara dos Deputados.

[Ler mais](#)



### ACNUDH América do Sul saúda nomeação de Conselho Diretivo da INDDHH no Uruguai

(9 de maio de 2012) Amerigo Incalcaterra, Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) parabeniza o Parlamento uruguaio pela nomeação dos cinco membros do Conselho Diretivo da nova Instituição Nacional de Direitos Humanos e Defensoria do Povo (INDDHH) no Uruguai. Incalcaterra estendeu os parabéns ao novo Conselho Diretivo, formado por Juan Faroppa, Juan Raúl Ferreira, Mariana González Guyer, Mirtha Guianze e Ariela Peralta. "Essas nomeações são o ponto de partida para o estabelecimento dessa importante instituição de promoção e proteção dos direitos humanos e as liberdades fundamentais no Uruguai", ressaltou Incalcaterra. "Reconhecemos que o trabalho que iniciamos os comissionados -de construir uma instituição moderna, eficiente e de acordo com os anseios da sociedade uruguaia- é árduo. É por isso que a partir de agora oferecemos acompanhamento, assistência e assessoramento técnico do nosso Escritório Regional".

[Ler mais](#)

### Os Estados devem proteger os jornalistas contra todo tipo de ataques, afirma ACNUDH

(3 de maio de 2012) Neste Dia Mundial para a Liberdade da Imprensa Amerigo Incalcaterra, Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), lembrou que segundo os padrões internacionais de direitos humanos, os Estados têm a obrigação de proteger os jornalistas contra todo tipo de ataques. "Estamos alarmados com o fato de mais um jornalista ter sido assassinado no Brasil, chegando pelo menos a quatro jornalistas assassinados somente este ano", disse dias atrás Rupert Colville, o porta-voz da Alta Comissária para os Direitos Humanos, acrescentando que "estamos preocupados com o que parece ser uma alarmante tendência ao assassinato de jornalistas que está prejudicando o exercício da liberdade de expressão no Brasil". O Representante Regional para América do Sul indicou que a liberdade de expressão é uma condição necessária para atingir os princípios de transparência e rendição de contas que, ao mesmo tempo, são essenciais para a promoção e proteção dos direitos humanos. "Os jornalistas são defensores dos direitos humanos que às vezes põem em risco as suas vidas para informar e denunciar abusos", disse Incalcaterra. "Não podemos permitir que este importante trabalho seja vulnerado".

[Ler mais](#)



### Escritório Regional de Direitos Humanos da ONU condena decisão do STJ que inocentou acusado de estupro contra 3 menores de 12 anos

(5 de abril de 2012) O Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) deplorou a decisão do Superior Tribunal da Justiça (STJ) inocentando um acusado de estupro contra três meninas de 12 anos de idade, argumentando que as crianças já se dedicavam a prática de atividades sexuais. "É impensável que a vida sexual de uma criança possa ser usada para revogar os seus direitos", disse Amerigo Incalcaterra, Representante Regional do ACNUDH para América do Sul. Incalcaterra notou que a decisão do STJ contradiz vários tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, incluindo a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)...

[Ler mais](#)

## Comunicados do Escritório Regional

### ACNUDH solicita aprovação de uma lei antidiscriminação no Chile e divulga relatório entregue ao Senado em 2011

(4 de abril de 2012) No marco da atual discussão parlamentar sobre o Projeto de Lei que estabelece Medidas contra a Discriminação, o Escritório Regional do ACNUDH solicita ao Congresso do Chile aprovar uma lei que proteja efetivamente todas as pessoas contra a discriminação, em linha com os padrões e instrumentos internacionais de direitos humanos. "O Estado do Chile, ao ratificar um tratado de direitos humanos o incorpora no seu ordenamento jurídico e assume a obrigação de criar um marco normativo eficaz, que garanta o respeito dos direitos de todas as pessoas sem discriminação de qualquer natureza", disse o Representante Regional do ACNUDH. "É uma nova oportunidade que se abre agora para que o texto em discussão seja adequada aos compromissos internacionais assumidos". O 4 de abril de 2012, a Câmara dos Deputados confirmou o envio da proposta legislativa em uma Comissão Mista, com o objetivo de revisar e aperfeiçoar o projeto que é discutido atualmente. [Ler relatório](#)



### Escritório Regional do ACNUDH lamenta falecimento de Secretário de Direitos Humanos da Argentina, Eduardo Luis Duhalde

(3 de abril de 2012) O Representante Regional para América do Sul do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Amerigo Incalcaterra, expressou pesar pelo falecimento do Secretário de Direitos Humanos da Argentina, Eduardo Luis Duhalde, e ofereceu condolências a família, amigos, colegas e a comunidade. "Hoje despedimos com muita tristeza a um grande defensor dos direitos humanos", ressaltou o sr. Incalcaterra. "O sr. Duhalde foi um líder que construiu uma firme instituição de direitos humanos na Argentina. Além disso, nós reconhecemos o seu importante trabalho na defesa e promoção dos direitos humanos em toda América Latina".

[Ler mais](#)

### Escritório Regional da ONU Direitos Humanos expressa preocupação com recente onda de assassinatos e violência nas prisões da América do Sul

(7 de fevereiro de 2012) O Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Amerigo Incalcaterra, expressou a preocupação da Agência com a recente onda de violência em prisões na América do Sul que em últimos dias já matou pelo menos três prisioneiros no Uruguai, dois na Argentina, dois na Venezuela e um no Chile. "Estes fatos refletem um padrão preocupante de violência nas prisões da região que é uma consequência direta ou agravada, entre outras coisas, pelas precárias condições de detenção, incluindo a crônica superlotação, a falta de acesso a serviços básicos como espaço, comida, água, assistência médica e falta de normas básicas de saneamento e higiene", disse Incalcaterra. "Estas condições são agravadas por atrasos judiciais e uso excessivo do recurso da prisão preventiva".

[Ler mais](#)



### Nota informativa—Manifestação Social: qual é a responsabilidade do Estado de acordo com os padrões internacionais de direitos humanos?

(2 de fevereiro de 2012) Na América do Sul, como em outras regiões do mundo, estão tomando força os movimentos de protesto social. Os Estados são obrigados a garantir a segurança de seus cidadãos e manter a ordem pública, principalmente para prevenir a perda de vidas e outros danos pessoais ou materiais.

Além disso, os Estados devem assegurar o respeito aos direitos dos cidadãos que fazem reclamações sociais de maneira pacífica. A resposta – normativa e policial – dos Estados frente a esses movimentos deve estar alinhada com os padrões internacionais dos direitos humanos para garantir constantemente o devido exercício desses direitos, particularmente o direito de reunião pacífica e o direito à

liberdade de opinião e expressão. Direito de reunião pacífica: O direito de reunião pacífica está reconhecido nos seguintes instrumentos universais de direitos humanos: i. Declaração universal de Direitos Humanos, artigo 20: "1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas".

[Ler mais](#)

### ACNUDH saúda assinatura do projeto de lei para criar uma Subsecretaria de Direitos Humanos no Chile

(31 de janeiro de 2012) O Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) saúda a assinatura do projeto de lei para criar uma Subsecretaria de Direitos Humanos no Chile. O Escritório Regional observou uma tendência positiva na região para criar instituições do Estado em direitos humanos, sendo o mais recente exemplo a aprovação em 12 de dezembro do projeto de lei que institui o Vice-Ministério dos Direitos Humanos no Peru. O Escritório Regional se põe à disposição para apoiar tais processos, com a firme convicção de que eles reforçam a promoção e proteção dos direitos humanos por parte dos seus principais garantidores.

[Ler mais](#)

## Declarações do porta-voz da Alta Comissária

### **ONU Direitos Humanos expressa preocupação com possível retirada da Venezuela da Comissão Interamericana de Direitos Humanos**

(4 de maio de 2012) Estamos preocupados com o anúncio da Venezuela de estabelecer um comitê especial para avaliar a possibilidade de se retirar da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Os órgãos regionais de direitos humanos têm um papel muito importante na promoção e proteção de mecanismos de direitos humanos e reforçam os padrões e tratados universais de direitos humanos, algo que já foi reconhecido repetidamente pela Assembleia Geral da ONU e o Conselho de Direitos Humanos. A CIDH, que tem mais de 50 anos e é um órgão muito respeitado, tem em particular um impacto muito positivo na região e já foi crucial na obtenção de justiça para muitas vítimas de violações de direitos humanos, principalmente durante o período em que ditaduras governaram em muitos países da região. O trabalho da CIDH também teve um papel chave na transição à democracia [...]. Alentamos o Governo venezuelano, e todos os outros Estados das Américas, a continuarem cooperando com os mecanismos regionais e nacionais de direitos humanos e os instamos a não adotar medidas que possam fragilizar a proteção dos direitos humanos, não apenas na Venezuela, mas também com ramificações potencialmente negativas para as pessoas em todo o continente.

[Ler mais](#)

### **ACNUDH preocupado com tendência aos assassinatos de jornalistas que prejudica o exercício da liberdade de expressão no Brasil**

(27 de abril de 2012) Estamos alarmados com o fato de mais um jornalista ter sido assassinado no Brasil, chegando pelo menos a quatro jornalistas assassinados até agora este ano. Décio Sá, jornalista investigativo que cobria política, corrupção e crime organizado, foi baleado em um bar na segunda-feira, 23 de abril. Condenamos esse crime e estamos muito preocupados com o que parece ser uma alarmante tendência ao assassinato de jornalistas que está prejudicando o exercício da liberdade de expressão no Brasil.

Estamos preocupados há tempos com a necessidade de que os defensores dos direitos humanos brasileiros, incluindo os jornalistas, possam fazer seu trabalho sem temer a intimidação ou algo pior. Saudamos o compromisso das autoridades estaduais para conduzir uma investigação exaustiva e pedimos para que esse e outros casos similares sejam tratados como prioridade, para que os responsáveis não se sintam despreocupados pela impunidade por esses crimes. Além disso, instamos o Governo a adotar imediatamente medidas de proteção para evitar mais incidentes desse tipo.

[Ler mais](#)

### **ONU lamenta morte de jovem homossexual chileno assassinado por grupo neonazista**

(30 de março de 2012) No Chile, um homossexual de 24 anos de idade, Daniel Zamudio, morreu na última terça-feira (27/03) 25 dias depois de ser brutalmente atacado por grupo neonazista, em um parque de Santiago. Ele foi torturado durante uma hora por seus atacantes, que apagaram cigarros em seu corpo, gravaram suásticas e o mutilaram de outras formas.

"Lamentamos o ato violento e criminoso que tirou a vida deste jovem e pedimos ao congresso do Chile para passar uma lei contra a discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero, em plena conformidade com as normas internacionais de direitos humanos", ressaltou o porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Rupert Colville.

O incidente chocou a opinião pública no Chile, com centenas de chilenos reunidos em vigílias fora do hospital onde Zamudio foi acolhido após o ataque. O crime provocou debates sobre as ofensas com base na homofobia e a população fez um pedido ao parlamento para aprovar uma lei contra a discriminação, que está atualmente no congresso chileno, pendente de aprovação pela Câmara dos Deputados. O assassinato de Daniel Zamudio reflete a gravidade e prevalência da violência homofóbica no mundo, como destaca o recente relatório do ACNUDH.

[Ler mais](#)

### **ACNUDH espera que Judiciário brasileiro defenda direitos fundamentais dos desaparecidos na ditadura**

(16 de março de 2012) O Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) elogiou hoje (16/03) a denúncia do coronel brasileiro da reserva do Exército pelos desaparecimentos durante a ditadura militar como um "primeiro e importante passo" na luta contra a impunidade que rodeia o período. Promotores no Brasil anunciaram esta semana que vão denunciar Sebastião Curíó Rodrigues de Moura pelo crime de sequestro qualificado de cinco membros da Guerrilha do Araguaia que foram detidos em 1974. As denúncias ainda precisam ser aprovadas por um juiz antes de seguir para julgamento.

"Este é um desenvolvimento muito aguardado para a prestação de contas pelo desaparecimento de centenas de pessoas durante a ditadura de 21 anos e que continuam desaparecidas", disse o Porta-Voz do ACNUDH, Rupert Colville a repórteres em Genebra. "Estamos esperançosos de que o Judiciário brasileiro vai defender os direitos fundamentais das vítimas à verdade e à justiça, permitindo o prosseguimento deste processo criminal muito importante", acrescentou.

[Ler mais](#)

## Comunicados da Alta Comissária sobre a região

### Pillay: novas restrições a ONG socavam os direitos humanos

(25 de abril de 2012) A Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Navi Pillay, expressou nesta quarta-feira (25/4) profunda preocupação pelas medidas atuais ou recentes em vários países, que restringem a liberdade das organizações não-governamentais (ONG) e outros atores da sociedade civil para funcionar de forma independente e eficaz. No Egito, um projeto de lei sobre regulação das ONG "se for aprovado em sua forma atual, irá socavar gravemente o espírito da civilidade teve uma participação muito importante muito poder ao Governo para regulamentar, organizações da sociedade civil".

A Alta Comissária chamou as autoridades que descreveu como "um golpe potentes humanos e liberdades fundamentais durante tanto tempo e pagando

Pillay comentou que a liberdade de associação está sob pressão crescente em muitos países no mundo inteiro. "A liberdade de associação é o elemento vital das ONG", disse. "Tentativas sistêmicas, legais ou administrativas para restringir as suas atividades podem ser muito nocivas". A Alta Comissária citou leis, recentes ou em projeto, e outras medidas em vários países que em diversos graus impõem restrições à liberdade de associação indicando, por exemplo, que em fevereiro autoridades provinciais no Zimbábue ordenaram a suspensão das atividades de 29 ONG [...].



des egípcias para retirarem o projeto de lei, especialmente grave para as aspirações de direitos pelas que tantos egípcios e egípcias um alto custo".

Na Venezuela, em janeiro de 2012, uma nova Lei Orgânica contra Terrorismo e Crime Organizado foi aprovada pelo Congresso, mas ainda não foi promulgada pelo Presidente. A lei estabelece uma definição ampla de "atos terroristas" que pode ser aplicável aos atos legítimos de protesto social ou dissidência. Também coloca as organizações não-governamentais sob vigilância permanente de um órgão do Estado e impõe restrições ao financiamento estrangeiro [...].

[Ler mais](#)

## Entrevistas com Mecanismos de Direitos Humanos

### Desafios para os jornalistas na América do Sul: relator

**Entrevista com: Frank La Rue (Guatemala)**  
**Relator Especial para a Liberdade de Expressão**

**Quais são as suas principais preocupações sobre a região?**

[...] Uma é o uso progressivo e crescente do direito penal para silenciar a expressão. E o que aqui está acontecendo é que os delitos de desacato foram eliminados mas está cada vez mais usado o delito de difamação por parte de funcionários e funcionárias públicos para silenciar a crítica. Eu sempre digo que os e as funcionários assumem cargos públicos sabendo que estão sujeitos ao escrutínio público e nesse sentido fica exposto também à crítica, então não é válido usar a difamação nem qualquer outro delito [...].



[Assista ao vídeo da entrevista](#) (em inglês)

### Desafios e progressos visando a eliminação da discriminação racial na América do Sul

**Entrevista com: Pastor Murillo (Colômbia)**  
**Perito do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD)**

**Quais são os principais desafios na luta contra a discriminação racial na América do Sul?**



[Assista ao vídeo da entrevista](#)

Reconhecimento pleno e inclusão social são básicos para superar a discriminação estrutural que afeta os povos indígenas e os afrodescendentes. De fato, após as conferências de Santiago e Durban, a discriminação racial ocupa um lugar crescente nas agendas públicas dos Governos, das organizações

internacionais e da sociedade civil. A proclamação de 2011 como o Ano Internacional dos Afrodescendentes deu um impulso renovado ao assunto, como aconteceu também com a I Cúpula Mundial de Afrodescendentes, realizada na Honduras e a Cúpula Presidencial Iberoamericana, no Brasil. Porém, os principais desafios ainda permanecem: os povos indígenas e afrodescendentes, que representam mais de um terço da população mundial, ainda não receberam o reconhecimento que merecem e, portanto, não participam efetivamente nas decisões que os afetam e o seu direito à igualdade (igualdade de tratamento e de oportunidades) é sistematicamente violado. Além disso, a relação histórica entre pobreza e racismo faz com que os indígenas e afrodescendentes sejam os mais pobres da América do Sul.

[Assista ao vídeo](#)

## Atividades do Escritório Regional



### Representante do ACNUDH fala em seminário sobre memória histórica no Brasil

O Representante do ACNUDH para América do Sul, Amerigo Incalcaterra, participou no dia **28 de junho** do seminário "Direitos e a importância da memória" em São Paulo, Brasil. Organizado conjuntamente pelo Instituto Vladimir Herzog e o Instituto Itaú Cultural, o evento tratou sobre a importância de recuperar a memória e a realidade histórica do Brasil, debate atual no Brasil após a recente instalação da Comissão da Verdade nesse país.

Na ocasião o Representante Regional do ACNUDH comentou experiências de outros países sul-americanos no resgate da memória histórica e nos processos de justiça frente às violações dos direitos humanos cometidas na região durante diferentes processos históricos. [Ler mais](#)



### Representante Regional do ACNUDH discursa em inauguração da INDDHH do Uruguai

Em uma cerimônia realizada no Salão dos Passos Perdidos da Assembleia Legislativa do Uruguai, na sexta-feira **22 de junho** foi inaugurada a Instituição Nacional de Direitos Humanos e Defensoria do Povo (INDDHH) desse país. Durante o evento, os cinco membros do Conselho Diretivo da INDDHH tomaram posse dos seus cargos. Na ocasião o Vice-presidente da Assembleia Nacional do Uruguai, Danilo Astori, expressou que a formação desta instituição é muito importante pois os direitos humanos são um assunto "de altíssima sensibilidade social" e que a INDDHH justamente procura "a defesa, proteção e promoção dos direitos humanos em toda a sua extensão". O Representante Regional para América do Sul do ACNUDH, Amerigo Incalcaterra, também esteve presente durante a cerimônia e deu um discurso para saudar a instalação deste novo mecanismo de promoção e proteção dos direitos humanos. [Ler o discurso](#) (em espanhol)



### Representante Regional expõe em seminário virtual "Trabalho Infantil e Direitos Humanos"

O **15 de junho**, o Representante Regional para América do Sul do ACNUDH, Amerigo Incalcaterra, falou no seminário virtual "Trabalho Infantil e Direitos Humanos", convocado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Fundação Telefônica do Peru, no Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. Incalcaterra realizou um diagnóstico da situação das crianças e adolescentes no mundo e principalmente na América Latina e Caribe, ressaltando as boas práticas dos Estados de Argentina, Peru, Equador, Guatemala e Bolívia. Apesar disso, para os 20 milhões de crianças que trabalham na região, "a realidade continua a ser preocupante", pois eles são vítimas de trabalhos perigosos, escravidão, tráfico de pessoas, servidão por dívida, prostituição ou pornografia, entre outros flagelos. O Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT reuniu neste seminário a mais de três mil pessoas dos 19 países da região, conectados via Internet. [Ler mais](#)



### Ministério da Cultura do Peru e ACNUDH apresentam livro sobre proteção para povos indígenas em isolamento

Juntamente com o Ministério da Cultura do Peru, o **11 de junho** o Escritório do ACNUDH lançou mundialmente as "Diretrizes de proteção para povos indígenas em isolamento e em contato inicial da região Amazônica, o Grande Chaco e a Região Oriental do Paraguai".

Na sede do Ministério da Cultura, em Lima, o evento foi inaugurado pelo Ministro da Cultura do Peru, Luis Alberto Peirano, a Coordenadora-Residente do Sistema das Nações Unidas no país, Rebeca Arias, o Representante Regional do ACNUDH para América do Sul, Amerigo Incalcaterra e o Vice-ministro de Interculturalidade, Iván Lanegra. O lançamento continuou com uma mesa redonda integrada pelo Vice-ministro Lanegra, a representante da Divisão de Povos Indígenas e Minorias do ACNUDH, Belén Rodríguez de Alba, o Coordenador Regional do Programa 169, Manuel García e a Adjunta para o Meio Ambiente, Serviços Públicos e Povos Indígenas da Defensoria do Povo do Peru, Alicia Abanto. Também participaram na discussão o Presidente da Confederação de Nacionalidades Amazônicas (CONAP), Oseas Barbaran Sánchez e o Representante da Associação Inter-étnica Amazônica Peruana (AUDESEP), Israil Aquisé.

[Ler mais](#)

## Atividades do Escritório Regional



### Congresso do Peru e ACNUDH organizam seminário parlamentar sobre DDHH

Os direitos humanos e o seu tratamento nos Congressos da América do Sul foram discutidos durante o fórum internacional "O Papel dos Parlamentares em matéria de Direitos Humanos", organizado pelo Escritório do Presidente do Congresso peruano e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), que ocorreu na sexta-feira **8 de junho** em Lima. O Representante Regional do ACNUDH, Amerigo Incalcaterra, expressou em seu discurso inaugural que ao legislar sobre direitos humanos devem ser considerados os compromissos e tratados internacionais no assunto contraídos por cada país, e que apesar de terem sido ratificados, os tratados serão menos efetivos se não são consagrados em leis. Além disso, Incalcaterra lembrou a agenda legislativa pendente do Peru à luz das recomendações dos mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas.

[Ler mais](#)



### Escritório Regional do ACNUDH e IPPDH realizaram apresentação em Reunião de Ministros da Justiça e Segurança do Mercosul

O Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH) e o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos apresentaram um relatório sobre políticas de prevenção da violência institucional e de segurança cidadã que respeitem os direitos humanos no marco da Reunião Conjunta de Ministros da Justiça (RMJ) e Segurança (RMI) do Mercosul, que ocorreu em Buenos Aires entre os dias **5 e 7 de junho**.

Especialmente, ambas as instituições referiram-se à importância de promover políticas públicas para prevenir a prática da tortura nos locais de encerro (prisões, delegacias, instituições psiquiátricas, institutos de adolescentes, etc.), e ofereceram colaboração técnica aos Estados

do Mercosul no processo de implementação dos Mecanismos Nacionais de Prevenção da Tortura, conforme o OPCAT

[Ler mais](#)



### ACNUDH treina funcionários uruguaios sobre relatório para Comitê de Trabalhadores Migrantes

Entre **30 e 31 de maio**, o Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) realizou um workshop para funcionários do Estado uruguaio, sobre o primeiro relatório que o país apresentará ao Comitê para a Proteção de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias (CMW). A atividade conduzida por Humberto Henderson, Representante Regional Adjunto em Direitos Humanos do ACNUDH para América do Sul, contou com a presença de 35 funcionários de vários ministérios, do parlamento e da Corte Suprema de Justiça. Os participantes discutiram sobre as diretrizes estabelecidas pelo Comitê para a elaboração dos relatórios iniciais dos Estados Parte. Mais tarde, os funcionários formaram grupos temáticos cujo trabalho fez parte de um rascunho de documento-base para a preparação de insumos para o relatório final. A atividade

foi coorganizada pelo ACNUDH e a Organização Internacional pelas Migrações (OIM).

[Ler mais](#)



### Representante Regional pronuncia discurso em seminário internacional sobre discriminação

No dia **31 de maio**, o Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH), Amerigo Incalcaterra, participou do seminário "Discriminação e Direitos Humanos: intercâmbio de experiências entre México, Argentina, Equador e Chile", organizado pelo Centro de Estudos Socioculturais (CESC) e patrocinado pelo Senado chileno. Durante o seu discurso, pronunciado no dia 31 de maio, Incalcaterra destacou alguns avanços na região "que permitem certo otimismo" em termos de igualdade e não-discriminação. "Nos últimos meses observamos processos normativos como a aprovação de leis contra a discriminação, o estabelecimento de Planos de Igualdade de Gênero e cotas de representação para mulheres em vários países da região". Destacou que os direitos das pessoas LGBTI estão começando a ter um reconhecimento legal em alguns países que permitem a união entre pessoas do mesmo sexo como a lei de casamento homossexual e a lei de identidade de gênero na Argentina, a lei que estabelece medidas anti discriminação no Chile ou o projeto de lei sobre união civil homossexual no Brasil.

[Ler mais](#)

## Atividades do Escritório Regional



### ACNUDH ofereceu treinamento sobre a Revisão Periódica Universal na Argentina

Entre os dias **24 e 25 de abril**, o ACNUDH realizou um treinamento para o Estado argentino sobre a Revisão Periódica Universal (RPU). Reunidos no Palácio San Martín, 18 funcionários de diversos organismos do Estado receberam um treinamento de dois dias sobre o processo da RPU, a apresentação do relatório nacional e o acompanhamento das recomendações feitas pelo Conselho de Direitos Humanos em 2008. Argentina terá que fazer sua segunda revisão periódica em outubro de 2012. Inaugurada pelo Sr. Federico Villegas, Diretor de Direitos Humanos do Ministério de Relações Exteriores e Culto da República Argentina, e o Sr. Humberto Henderson, Representante Regional Adjunto do ACNUDH, o workshop incluiu o funcionamento do Conselho de Direitos Humanos da ONU e suas novas diretrizes adotadas pelo segundo ciclo do RPU. [Ler mais](#)



### Representante Regional do ACNUDH visita o Uruguai e se reúne com autoridades

O Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Amerigo Incalcaterra, realizou uma visita ao Uruguai entre **17 e 20 de abril**, onde se reuniu com autoridades para analisar a cooperação e assistência que o Escritório Regional oferece ao país no âmbito dos direitos humanos.

Incalcaterra se reuniu com o Ministro do Interior, Eduardo Bonomi, para conversar sobre segurança cidadã e pontualmente sobre os avanços da reforma penitenciária que está desenvolvendo o governo uruguaio. Também reuniu com o Diretor de Direitos Humanos do Ministério de Educação e Cultura, Javier Miranda, para estudar projeções de trabalho conjunto. O Representante Regional entrevistou-se também com o Presidente da Câmara de Representantes, Jorge Orrico, para trocar

ideias sobre a situação dos direitos humanos no Uruguai e as possíveis iniciativas parlamentares nesse assunto. [Ler mais](#)



### ACNUDH oferece treinamento no Uruguai sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

Nos dias **17 e 18 de abril**, o ACNUDH ofereceu um treinamento a mais de 30 participantes do Estado e da Sociedade Civil no Uruguai. O objetivo da oficina foi apoiar o Estado na preparação do relatório inicial do Uruguai para o Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD). No evento compareceram representantes de vários ministérios, como o das Relações Exteriores, Educação, Cultura, Saúde, Trabalho e Desenvolvimento Social (além dos seus institutos relacionados). Também estiveram presentes funcionários do Poder Judiciário, de instituições municipais relevantes e uma ampla representação de organizações não governamentais para pessoas com deficiência e as suas famílias.

O evento foi inaugurado por Federico Perazza, Diretor de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, por Susan McDade, Coordenadora Residente do Sistema das Nações

Unidas no Uruguai e por Anna Batalla, Assessora Regional do ACNUDH. [Ler mais](#)



### ACNUDH participa em Segundo Simpósio de Segurança Pública no MERCOSUL

Na segunda-feira **16 de abril**, durante a primeira das duas jornadas do "Simpósio de Segurança Pública e Cidadana no MERCOSUL", a ministra argentina de Segurança, Nilda Garré, destacou a necessidade de abordar coordenadamente a agenda de segurança pública entre os países que integram o MERCOSUL. "Estes encontros permitem comparar experiências, modelos, mecanismos, em contextos muito parecidos de conflito e violência social", explicou Garré, presidenta pro tómpore da Reunião de Ministros do Interior do MERCOSUL e Estados Associados. "Também concordamos de maneira absoluta na necessidade de uma condução política das Forças de Segurança baseada em uma segurança democrática".

A ministra foi acompanhada pelo Representante Regional para América do Sul do ACNUDH, Amerigo Incalcaterra. "Este tipo de encontros são muito positivos", comentou Incalcaterra. "Conversamos com o Ministério de Segurança da Argentina para ver a abordagem, a orientação e vejo com grande satisfação que a abordagem é a correta: atender as situações de violência e insegurança por meio do respeito dos direitos humanos, estabelecendo protocolos de ação de centros de monitoramento do trabalho policial, com todas as dificuldades que isso significa". [Ler mais](#)

## Atividades do Escritório Regional



### Representante Regional participa em reunião de Altas Autoridades do MERCOSUL

Entre os dias **26 e 30 de março**, o Representante Regional para América do Sul do Escritório do ACNUDH, Amerigo Incalcaterra, participou de diversas atividades em Buenos Aires, Argentina. Na segunda-feira 2 de março, o Representante esteve presente na Consulta de Observação Geral pelo Comitê dos Direitos da Criança, sobre os direitos da criança no âmbito empresarial. Organizado pela UNICEF Argentina e a Comissão Internacional de Juristas, o evento contou com uma introdução e palavras de encerramento de Marta Maurás, Vice-presidenta do Comitê dos Direitos da Criança (CRC).

Na terça-feira 27 de março, o Representante Regional deu uma palestra no 1º Curso Internacional sobre a Promoção dos Direitos Humanos, onde participaram mais de 40 pessoas vindas dos cinco continentes. Conduzido pelo Centro Internacional para a Promoção dos Direitos Humanos (CIPDH-UNESCO), o curso ocorreu no Espaço pela Memória e para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (ex ESMA). [Ler mais](#)



### ACNUDH participa de seminário sobre prevenção da tortura para defensores públicos no Brasil

Nos dias **29 e 30 de março**, o Escritório Regional para América do Sul do ACNUDH participou de um seminário em São Paulo, Brasil, titulado "Capacitação da Defensoria Pública para o enfrentamento da Tortura". O seminário foi organizado pela Defensoria Pública de São Paulo, onde participaram mais de 70 defensores públicos vindos de diferentes estados do Brasil, além de acadêmicos e especialistas no assunto. O seminário contou com palestrantes do Subcomitê contra a Tortura da ONU, a International Bar Association e o Escritório Regional do ACNUDH, além de representantes da Defensoria Pública e do Ministério Público de São Paulo. O Escritório Regional apresentou as obrigações internacionais do Estado sobre a proibição da tortura e os mecanismos internacionais para prevenir e combater a tortura.



### Workshop do ACNUDH para funcionários peruanos sobre relatório para o Comitê sobre a Eliminação de Discriminação Racial

Entre **21 e 22 de março**, o ACNUDH realizou um workshop para funcionários de vários ministérios e instituições do Estado peruano, sobre a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, seu Comitê e seus relatórios periódicos.

A atividade conduzida por Humberto Henderson, Representante Regional Adjunto em Direitos Humanos do ACNUDH para América do Sul, contou com a presença de 18 funcionários dos ministérios de Educação, Trabalho, Saúde, Relações Exteriores, Cultura, Defesa, Desenvolvimento Social, Moradia, do Interior, e da Justiça e Direitos Humanos. Mesmo participaram representantes do Congresso, do Judiciário, do Ministério Público, e do Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI). Seguindo as diretrizes do Comitê CERD e tendo em conta as últimas conclusões para o Peru, os funcionários formaram grupos temáticos cujo trabalho fez parte de um rascunho

de documento-base para a preparação de insumos para o relatório final do Estado. [Ler mais](#)



### ACNUDH treina funcionários peruanos sobre relatório para Comitê de Trabalhadores Migrantes

Entre **19 e 21 de março**, o Escritório Regional para América do Sul do ACNUDH realizou um workshop para funcionários do Estado peruano, sobre o primeiro relatório que o país apresentará ao Comitê para a Proteção de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias (CMW).

A cargo de la Asesora en Derechos Humanos de ACNUDH para América del Sur, Anna Batalla, la actividad contó con la participación de 14 funcionarios de los ministerios de Justicia y Derechos Humanos, del Interior, de Relaciones Exteriores, de la Mujer y del Trabajo.

Asimismo, representantes del Ministerio Público, del Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) y del Instituto Nacional Penitenciario (INPE) también asistieron a la actividad. Congregados en el Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, y luego en el Ministerio del Trabajo, los participantes resolvieron dudas sobre las nuevas directrices establecidas por el Comité para la elaboración de los informes iniciales de los Estados Parte. [Ler mais](#)

## Atividades do Escritório Regional



### ACNUDH presencia ato de reconhecimento de responsabilidade do Estado no Uruguai

Em um ato público na Assembleia Geral do Congresso uruguaio, em **21 de março** o Presidente da República, José Mujica, deu cumprimento à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos reconhecendo a responsabilidade institucional do Estado uruguaio nos casos de violação dos direitos humanos de María Claudia García Iruretagoyena de Gelman, da sua filha María Macarena Gelman e de Juan Gelman.

Como convidado especial o Representante Regional para América do Sul do ACNUDH, Amerigo Incalcaterra, compareceu no ato de reconhecimento e na inauguração de uma placa em homenagem a María Claudia García e a todas as vítimas detidas clandestinamente no prédio onde funcionou o Serviço de Informações da Defesa durante a ditadura.

[Ler mais](#)



### ACNUDH ofereceu treinamentos sobre o Relatório Periódico Universal no Peru

Entre os dias **14 e 17 de fevereiro**, uma delegação do Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) realizou uma série de treinamentos e workshops para o Estado, organizações não-governamentais e o Sistema das Nações Unidas no Peru. A missão, liderada pelo Representante Regional Adjunto do ACNUDH, Humberto Henderson, e a Assessora em Direitos Humanos, Anna Batalla, incluiu as novas diretrizes adotadas pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU para o segundo ciclo do Relatório Periódico Universal (RPU) do Peru, em outubro de 2012. Reunidos no Ministério da Justiça e Direitos Humanos, cerca de 50 funcionários dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário peruano receberam um treinamento de dois dias sobre o processo da RPU, a apresentação do relatório nacional e o acompanhamento das recomendações feitas pelo Conselho de Direitos Humanos em 2008 ([veja o relatório em inglês](#)).



### Representante Regional do ACNUDH participa de atividades na Argentina

Entre os dias **7 e 9 de fevereiro**, o Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o sr. Amerigo Incalcaterra, visitou a Argentina para conversar sobre a situação dos direitos humanos no país e possibilidades de cooperação técnica com autoridades nacionais e regionais. Durante a visita, o sr. Incalcaterra reuniu-se com a sra. Alicia Kirchner, Ministra de Desenvolvimento Social, com o sr. Federico Villegas, Diretor de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, além da sra. Nilda Garré, Ministra de Segurança.

O Representante Regional manteve encontros com o sr. Víctor Abramovich, Diretor de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL, e com o sr. Martín Santiago, Coordenador-Residente do Sistema das Nações Unidas na Argentina.

O Representante do ACNUDH participou também de uma atividade acadêmica na Universidade de San Martín, onde palestrou sobre o tema dos direitos humanos no âmbito internacional.

[Ler mais](#)



### ACNUDH treina o Sistema da ONU e a sociedade civil na Argentina sobre a Revisão Periódica Universal

Nos dias **6 e 9 de fevereiro**, o Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) realizou uma série de treinamentos sobre as novas diretrizes adotadas pelo Conselho de Direitos Humanos em 2011 para o segundo ciclo da Revisão Periódica Universal (RPU).

Isto no marco da segunda revisão periódica, que a Argentina irá passar entre os dias 22 de outubro e 4 de novembro de 2012. Argentina passou pela sua primeira RPU em maio de 2008 (ver [informe de resultado](#) em espanhol).

O treinamento ocorreu em Buenos Aires e foi liderado pelo Representante Regional Adjunto do ACNUDH, Humberto Henderson, quem forneceu assessoria técnica para o relatório que está preparando a Equipe de País do Sistema das Nações Unidas na Argentina. Além disso, na quarta-feira 8 de fevereiro, ACNUDH ofereceu uma capacitação sobre a RPU a mais de 40 organizações da sociedade civil argentina, que foi inaugurada com palavras do Representante Regional do ACNUDH, Amerigo Incalcaterra.

[Ler mais](#)

## Novas publicações

### **Planos nacionais de ação de direitos humanos: ingredientes para o sucesso**

**30 de junho de 2012**

Este folheto informativo explica o que são os planos nacionais de ação de direitos humanos (PNADH) e quais são os seus objetivos. Detalha quem deve participar e como configurar um Plano Nacional. Enfatiza na importância do compromisso e o apoio político, além da necessidade de participação pública nesses planos. Finalmente, revisa a situação dos PNADH na América do Sul.

[PDF](#)

### **Instituições Nacionais de Direitos Humanos: antecedentes, princípios, funções**

**1 de março de 2012**

A publicação visa servir de introdução às instituições nacionais de direitos humanos (INDH) e o papel que desempenham como pedra angular da proteção e promoção dos direitos humanos e ligação entre os Estados e o sistema internacional de direitos humanos.

Está dirigido a todas as pessoas que buscam um conhecimento básico das INDH, o trabalho que realizam e a relação que têm com os Estados e outros atores sociais.

[PDF](#) (em espanhol)

### **Diretrizes de proteção dos povos indígenas em isolamento e em contato inicial da região Amazônica, o Grande Chaco e a Região Oriental do Paraguai**

**22 de maio de 2012**

Publicação de referência para os diferentes atores que trabalham com povos indígenas em isolamento

e em contato inicial na América do Sul. É o resultado da colaboração entre o ACNUDH, o Instituto de Promoção de Estudos Sociais (IPES), os governos de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Venezuela, além de organizações indígenas e da sociedade civil, que contaram com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional.

[PDF](#) (em espanhol)

### **Rio+20: A Sustentabilidade do Desenvolvimento 20 anos após a Cúpula da Terra**

**31 de março de 2012**

O documento está dividido em duas partes: na primeira são avaliados os progressos e as dificuldades encontradas na América Latina e Caribe na execução dos compromissos mundiais sobre o desenvolvi-

mento sustentável desde 1992 e, por outra parte, propõe diretrizes rumo a um desenvolvimento sustentável na região.

A proposta das Nações Unidas para refletir sobre uma "economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza", visa catalisar as mudanças requeridas na região.

[PDF](#) (em espanhol)

### **Mecanismos Nacionais de Prevenção da Tortura**

**12 de abril de 2012**

Folheto que explica o que são os Mecanismos Nacionais de Prevenção (MNP) da Tortura e a sua importância para a região, as suas funções e requerimentos (que incluem autonomia e independência, legalidade, diversidade, transparência, etc.).

Detalha as responsabilidades do Estado frente a esses organismos e a situação atual de sua execução na América do Sul.

[PDF](#)

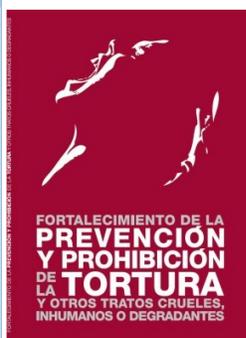
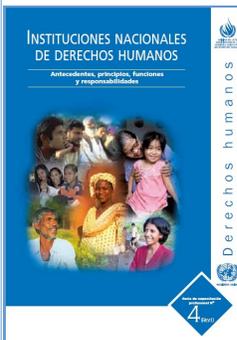
### **Fortalecimiento da Prevenção e Proibição da Tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes**

**29 de fevereiro de 2012**

O livro contém as palestras pronunciadas pelos especialistas do Seminário "Fortalecimiento da Prevenção e Proibição da Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis,

Desumanos ou Degradantes", que ocorreu na cidade de Buenos Aires em 9 e 10 de agosto de 2010. O seminário foi organizado pelo Ministério das Relações Exteriores da Argentina, com o patrocínio do ACNUDH e a Associação para a Prevenção da Tortura (APT).

[PDF](#) (em espanhol)



## Relatórios de comitês e visitas oficiais de procedimentos especiais



### Especialista da ONU lança missão de estudo sobre a "Diplomacia Solidária" do Brasil

GENEBRA - A Especialista Independente das Nações Unidas, Virginia Dandan, está em visita oficial ao Brasil entre **25 e 29 de junho de 2012** para estudar as experiências brasileiras envolvendo a implementação da chamada "Diplomacia Solidária", criada a partir do compromisso do país com os direitos humanos e o desenvolvimento social.

"As iniciativas de cooperação internacional do Brasil estão produzindo estruturas inovadoras para cooperação sul-sul e triangular, em áreas como a luta contra a fome, agricultura, educação, saúde, entre outras", afirmou Dandan.

[Ler mais](#)

### Relatório sobre Brasil do Subcomitê de Prevenção da Tortura (SPT) está disponível

Confira o relatório do Subcomitê de Prevenção da Tortura (SPT) das Nações Unidas, apresentado ao Governo do Brasil, fruto da primeira visita do Comitê ao País ocorrida entre 19 e 30 de setembro de 2011. Durante a visita, o SPT se reuniu com as autoridades nacionais competentes e representantes da sociedade civil, e realizou visitas em uma série de lugares de privação de liberdade — ver lista e mais informações em <http://bit.ly/O65ikS> –, incluindo delegacias, presídios, centros de detenção juvenil e instituições psiquiátricas nos estados do Espírito Santo, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo. Acesse o relatório na íntegra no site da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, difundido em **junho de 2012**:

[http://www.sedh.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/relatorio\\_do\\_SPT.pdf](http://www.sedh.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/relatorio_do_SPT.pdf)



### Brasil passou por segunda Revisão Periódica Universal nesta sexta-feira

Em **25 de maio de 2012**, na 13ª sessão deste segundo ciclo do Grupo de Trabalho do Conselho de Direitos Humanos (CDH) na Genebra, o Estado do Brasil passou pela revisão sobre a situação dos direitos humanos no marco do Relatório Periódico Universal (RPU). A RPU é um processo de revisão entre Estados para melhorar a situação dos direitos humanos no terreno, a que todos os Estados Membros das Nações Unidas são submetidos a cada quatro anos e meio.

Busca melhorar a situação dos direitos humanos no terreno. O Relatório final está baseado em 3 documentos principais: o [relatório nacional](#) do Estado, uma [compilação](#) preparada pelo ACNUDH e um [resumo](#) da informação entregue por outros atores como ONGs, INDHs, sindicatos e outros. Brasil passou pela sua primeira revisão em maio de 2008 ([ler o relatório final](#)). Espera-se o relatório final da revisão em setembro de 2012.

[Ler mais](#)

### Comitê sobre os direitos econômicos, sociais e culturais adota observações finais após revisão de relatórios do Peru

O [Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais](#) (CESCR) publicou as suas observações finais após considerar o segundo, terceiro e quarto relatório periódico do Peru durante a sua [48ª sessão](#) na Genebra, entre **30 de abril e 18 de maio**. O Estado de Peru entregou o seu [primeiro relatório periódico](#) em maio de 1997. Doze organizações não-governamentais entregaram sete [relatórios alternativos](#) para serem examinados pelo Comitê.

**Ler as observações finais do Comitê CESCR: [PDF 89 kb](#)**



### Comitê sobre os direitos das pessoas com deficiência publica observações finais após primeiro relatório do Peru

O [Comitê sobre os direitos das pessoas com deficiência](#) (CRPD) divulgou as suas observações finais após considerar o primeiro relatório periódico que o governo do Peru apresentou a este órgão de tratados em 12 de janeiro de 2011 e que foi considerado durante o sétimo período de sessões do Comitê da Genebra, entre **16 e 20 de abril de 2012**. No seu [relatório inicial](#), o Estado Parte detalhou os seus desafios no âmbito dos direitos humanos das pessoas com deficiência:

"O processo de cumprimento da Convenção e a revisão dos progressos e dificuldades, dois anos após a sua entrada em vigor, ajuda a perceber na sua verdadeira dimensão a brecha que existe entre o dever-ser e o ser... não é por decreto ou alguma norma excepcionalmente drástica que os padrões socioculturais são modificados e os níveis de discriminação não se reduzem de maneira automática". Juntamente com o relatório oficial, três organismos da sociedade civil apresentaram relatórios alternativos ao Comitê.

**Ler as observações finais do Comitê CRPD: [PDF 126 kb](#)**

## Relatórios de comitês e visitas oficiais de procedimentos especiais

### O Subcomitê para Prevenção da Tortura conclui sua primeira visita à Argentina

O [Subcomitê para a Prevenção da Tortura \(SPT\)](#), em visita ao país entre **18 e 27 de abril**, apresentou hoje ao Governo argentino as suas conclusões e recomendações preliminares confidenciais após a visita. O SPT reuniu-se com várias autoridades nacionais e provinciais e com representantes da sociedade civil. Além disso, visitou vários lugares de privação de liberdade, incluindo prisões, delegacias, centros de detenção de menores de idade e instituições psiquiátricas na Província de Buenos Aires e na Cidade Autônoma de Buenos Aires.

“Esperamos que a nossa missão na Argentina contribua nos esforços contínuos do país na área de prevenção da tortura e maus-tratos. Nesse sentido, e para fomentar a transparência, esperamos que o Estado decida publicar o nosso relatório final que será apresentado ao Estado dentro dos próximos meses”, comentou o chefe da delegação do SPT, Sr. Víctor Rodríguez-Rescia. [Ler mais](#)



### Publicadas conclusões da revisão de Brasil pelo Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW)

Em **2 de março** foram publicadas as observações finais do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW), após ser considerado no sétimo relatório do Estado de Brasil, durante a sessão No. 51 realizada entre 13 de fevereiro e 2 de março de 2012, na Genebra.

Juntamente ao [relatório oficial](#) que entregou o Estado de Brasil, sete organismos apresentaram [relatórios alternativos](#) ao Comitê. O Brasil apresentou o seu sexto relatório ao CEDAW em 2007 publicou as suas [observações finais](#) em agosto desse ano.

*Ler as observações finais do Comitê [PDF 173](#)*

### Publicado relatório da Relatora Especial sobre moradia adequada após missão na Argentina

Durante esta sessão 19 do Conselho de Direitos Humanos, o **2 de março** foi apresentado o relatório da Relatora Especial sobre moradia adequada, Raquel Rolnik (Brasil) depois de sua missão na Argentina entre **13 e 21 de abril de 2011**.

Foi a primeira missão no país de um perito independente nomeado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU para estudar as dificuldades e progressos no âmbito do direito à moradia adequada. Durante a visita, a especialista conheceu os problemas que enfrenta a população de baixa renda para conseguir o acesso ao solo urbano e à moradia, além das alternativas de políticas propostas. Concentrou-se, também, na regularização e urbanização dos assentamentos informais e da problemática dos despejos. [Ler o informe da relatora: \[PDF 554 kb\]\(#\)](#)



### Água/Saneamento: perita da ONU destaca progressos no Uruguai mas pede mais atenção aos vulneráveis

“Uruguai já avançou significativamente na realização dos direitos à água e o saneamento, mas agora é urgente dar prioridade aos mais vulneráveis e marginados”, disse a Relatora Especial da ONU Catarina de Albuquerque no final da sua primeira missão no Uruguai, entre **13 e 17 de fevereiro**. Ela visitou vários bairros de Montevideu, entre eles Malvín Norte, Casavalle, Borro e Casabó; além das diferentes localidades no interior do país, a Colônia Berro do INAU, Cidade da Costa e Maldonado, que incluíram assentamentos irregulares e zonas rurais onde muitos ainda não têm acesso nem à água potável nem ao saneamento. A relatora especial irá apresentar um relatório da missão ao Conselho de Direitos Humanos da ONU em setembro de 2012. [Ler mais](#)

### Publicado relatório sobre Argentina do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Em **janeiro de 2012** foram publicadas as observações finais do [Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais \(CESCR\)](#), que considerou o terceiro relatório periódico do Estado da Argentina em 23-24 de novembro de 2011, durante a sua [47ª sessão](#) na Genebra. Em agosto de 2011, o Escritório Regional para América do Sul do ACNUDH colaborou com o Estado argentino na análise da lista de perguntas do CESCR.

Juntamente ao [relatório oficial](#) que entregou a Argentina, 17 organizações civis apresentaram [relatórios alternativos](#) ao Comitê. O Governo argentino apresentou o seu segundo relatório periódico ao CESCR em novembro de 1999, que entregou as suas [observações finais](#) em dezembro do mesmo ano.

*Ler as observações finais do Comitê CESCR: [Word 99 kb](#)*

## Contato

### Endereço:

Av. Dag Hammarskjöld  
3269, Vitacura, Santiago,  
Chile

### Telefone:

(56 2) 321-7750

### E-mail:

ohchr-  
santiago@ohchr.org

### Acesse:

[http://acnudh.org/  
pt-br](http://acnudh.org/pt-br)

e acompanhe as nossas  
redes sociais



Facebook



Twitter



Youtube



Flickr



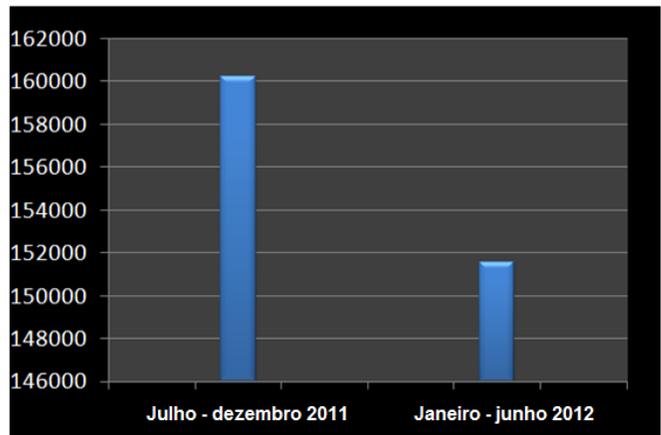
## Redução dos orçamentos

Durante o primeiro semestre de 2012 se manteve o ritmo das atividades do Escritório Regional do ACNUDH nos países que cobre.

O orçamento para atividades no segundo semestre foi reduzido em 4,8% em comparação ao mesmo período do ano 2012 (veja imagem).

Para 2013, por a redução das contribuições dos países doadores, os orçamentos serão reduzidos ainda mais, o que terá um impacto negativo sobre as futuras atividades do Escritório Regional.

## Comparação da despesa (\$USD) em atividades do 2do. semestre de 2011 e o 1ero. de 2012



## Próximas reuniões e eventos em 2012

### Julho 2012

**9-10 de julho** - ACNUDH e o Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH) do Chile visitam prisões em Santiago

**19 de julho** - ACNUDH e SEASDH realizam oficina sobre o sistema universal de direitos humanos no Rio de Janeiro

**23-24 de julho** - Treinamento para líderes indígenas em Tucumã, Argentina, sobre os direitos universais dos Povos Indígenas.

**24 de julho** - Lançamento da segunda etapa da campanha #eumedecarlo, no INDH do Chile

**9-27 de julho** - Comitê de Direitos Humanos adota [lista de perguntas para o Peru](#)

### Agosto

**9-10 de agosto** - ACNUDH participa em colóquio internacional sobre a implementação da política criminal no Peru

**13-21 de agosto** - O [Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados](#) ou Involuntários visita o Chile em missão oficial

**14-16 de agosto** - Formação para diretores de prisões no Uruguai

**30-31 de agosto** - Primeira Reunião Internacional sobre Planos de Ação de Direitos Humanos no Rio de Janeiro

### Setembro

**3-4 de setembro** - Seminário internacional sobre Comissões da Verdade, em Brasília

**5-6 de setembro** - Representante Regional participa em Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul, em Porto Alegre

**6-7 de setembro** - Curso do ACNUDH para juízes com a Academia Judicial do Chile

**10-28 de setembro** - Sessão regular No. 21 do Conselho de Direitos Humanos

### Outubro

**1-19 de outubro** - [Sessão no. 53](#) do Comitê CEDAW e revisão ao Chile

**15-20 de outubro** - ACNUDH brinda treinamento a organizações da sociedade civil e logo a juízes e fiscais em direitos da mulher, em Lima, Peru

**22-23 de outubro** - Workshop do ACNUDH para defensorias públicas de todos os Estados do Brasil sobre mecanismos de direitos humanos da ONU

**22 de outubro - 5 de novembro de 2012** - Sessão No. 14 do Relatório Periódico Universal. Argentina e Peru passam pela sua segunda revisão, durante a primeira semana da sessão

**29 de outubro - 23 de novembro** - [Sessão nº49](#) do Comitê contra a Tortura e revisão ao Peru.

### Novembro

**6-7 de novembro** - Curso de ACNUDH para juízes com a Academia Judicial do Chile

**25 de novembro** - Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher

### Dezembro

**10 de dezembro** - Dia dos Direitos Humanos. Atos finais para fechar a campanha #eumedecarlo

<http://acnudh.org>

A missão do **Escritório Regional para América do Sul** do ACNUDH é a observação, promoção e proteção dos direitos humanos em seis países da região: **Argentina, Brasil, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela.**